



# SILENCIAMENTO: A HISTORIOGRAFIA SOBRE A EDUCAÇÃO FEMININA NA COLÔNIA

Fernanda C. Costa Frazão\*; Dra. Christianni Cardoso Morais\*\*  
[nandac75@yahoo.com.br](mailto:nandac75@yahoo.com.br); [tiannimorais@hotmail.com](mailto:tiannimorais@hotmail.com)

\*Mestre em Educação pela Universidade Federal de São João Del Rei, UFSJ, MG;

\*\* Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG e  
Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de São João  
Del Rei, UFSJ, MG.

Recebido em 30/06/12 – Publicado em 19/10/12

## Resumo:

O objetivo de nosso trabalho é analisar a produção historiográfica acerca da história da educação feminina no Brasil referente ao período colonial. Tomamos como fontes de pesquisa os resumos e trabalhos completos publicados nas edições I a VI do *Congresso Brasileiro de História da Educação* (realizadas em 2000, 2002, 2004, 2006, 2008 e 2011) e do I ao VI *Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais* (2001, 2003, 2005, 2007, 2009 e 2011). Ademais, os artigos de 27 números da *Revista Brasileira de História da Educação*, publicados entre 2001 e 2011. A discussão que se apresenta diante dos trabalhos examinados nos sugere duas questões norteadoras: a primeira relativa às fontes disponíveis para a pesquisa histórica, em que se ressalta a escassez de documentos que dizem respeito diretamente às mulheres no período colonial. Em segundo lugar, examinamos as condições sociais e educacionais vividas pelas mulheres. Destacamos que a institucionalização da educação feminina teve objetivos e ritmos bastante diferenciados da educação oferecida ao sexo masculino. A educação para as mulheres não era algo reconhecido como necessário, como bem evidencia o caso exemplar da legalização do ensino feminino elaborada no reinado de D. Maria I (1777-1792) e que não fora efetivada. A educação das mulheres era realizada prioritariamente no ambiente doméstico, restringindo-se ao aprendizado das habilidades básicas de leitura e escrita, Doutrina Cristã, prendas domésticas (trabalhos de agulha) e, em alguns casos, música. Tais iniciativas de cunho privado quase não nos legaram registros. Assim, a partir das restrições educacionais das mulheres e limitação de fontes sobre suas experiências educativas no período colonial, consideramos que o sexo feminino viveu em uma zona de silenciamento.

**Palavras-chave:** História da educação feminina; período colonial; educação doméstica.

**Abstract:**

The aim of our work is to analyze the historiography production along the feminine education in colonial Brazil. We have based on research on summaries, complete works published from the I to VI chapters of the *Congresso Brasileiro de História da Educação* (held in 2000, 2002, 2004, 2006, 2008 e 2011) as well as the I to VI *Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais* (2001, 2003, 2005, 2007, 2009 e 2011). Besides, the articles of 27 issues of *Revista Brasileira de História da Educação*, published between 2001 and 2011. The issues raised in the examined works have brought up two main points: a) the first one concerning the availability of resources to carry out the historical research, which identifies a lack of documents connected to women in the colonial period; b) secondly, we could examine the both social and education conditions women faced at that particular time. It is worth pointing out that the institutional women's education presented different objectives and dynamics as opposed to men's. The education aimed at women was not considered something necessary, a fact which is evident, yet not achieved, in the legalization of women's education during D. Maria I Reign (1777-1792). Women's education would particularly take place in a domestic environment, comprising the learning in both reading and writing basic skills, Christian Doctrine, domestic errands (sowing and knitting) and, in some cases, music learning. As a matter of fact, such particular and private initiatives have not provided us with evidence and records. Hence, it is fair to say that the feminine sex in the colonial period did face some sort of educational restrictions and limitations experiences, which led them to live in zone of silencing.

**Key Words:** History of Feminine Education, colonial period, home education.

Nosso artigo tem como objetivo analisar os trabalhos acerca da história da educação feminina que vem sendo produzidos no Brasil e que se referem ao período colonial. Tomamos como fontes de pesquisa os 27 números da *Revista Brasileira de História da Educação*, publicados entre 2001 e 2011<sup>1</sup>. Do total de 196 artigos publicados por este periódico, não há um sequer sobre a história da educação das mulheres no período colonial.

Outras fontes consideradas em nosso levantamento foram os resumos e trabalhos completos publicados nas edições I a VI do *Congresso Brasileiro de História da Educação* (CBHE)<sup>2</sup> e do I ao VI *Congresso de Pesquisa e Ensino em História da*

<sup>1</sup> Tal revista pode ser acessada em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe>

<sup>2</sup> As edições do referido congresso ocorreram nos seguintes locais/anos: Rio de Janeiro (2000); Natal (2002); Curitiba (2004); Goiânia (2006); Aracaju (2008) e Vitória (2011).

**e-hum**, Belo Horizonte, Vol.5, N.2, pp. 78-96(2012). Editora uniBH

Disponível em: [www.unibh.br/revistas/ehum](http://www.unibh.br/revistas/ehum)

*Educação em Minas Gerais* (COPEHE-MG)<sup>3</sup>. Na **Tabela I**, que apresentaremos a seguir, coligimos os dados referentes aos congressos, bem como os totais de resumos aceitos e os trabalhos completos publicados que tomaram como tema de pesquisa a educação feminina no período colonial. Importante ressaltar que, neste artigo, analisamos exclusivamente os trabalhos completos. A partir da **Tabela I**, pode-se observar que há uma grande disparidade entre a quantidade de resumos aceitos pelos organizadores dos congressos e os números de trabalhos completos que se relacionam com o objeto de estudo e o recorte cronológico tratados em nosso artigo (educação das mulheres no período colonial). Tal diferença pode ser explicada pelo fato de que nem todos os resumos publicados nos cadernos de congressos possuem trabalhos completos que lhes são correspondentes. Muitas vezes, os pesquisadores enviam os resumos para os congressos e, mais tarde, não apresentam os textos completos a tempo de os mesmos constarem nos Anais dos eventos, que ultimamente vêm sendo publicados em CD's. De qualquer modo, o contraste apresentado na **Tabela I**<sup>4</sup> é bastante interessante e revelador.

---

<sup>3</sup> Os congressos de Minas Gerais tiveram lugar em: Belo Horizonte (2001); Uberlândia (2003); São João del-Rei (2005); Juiz de Fora (2007); Montes Claros (2009) e Viçosa (2011).

<sup>4</sup> Para elaborar a **Tabela I**, utilizamo-nos dos cadernos de resumo e de programação de todos os congressos aludidos, bem como de CD's-ROM com trabalhos completos. Os trabalhos completos de todas as edições do CBHE podem ser acessados também em: <http://www.sbhe.org.br/modules/publisher/item.php?itemid=99>

**TABELA I**

**DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHOS SOBRE EDUCAÇÃO DAS MULHERES NO PERÍODO COLONIAL EM CONGRESSOS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (2000-2011)**

<b>Congressos</b>	<b>Anos</b>	<b>Locais</b>	<b>Nº de Resumos</b>	<b>Nº de Trabalhos Completos Sobre Educação Feminina no Período Colonial</b>	<b>%</b>
I CBHE	2000	Rio de Janeiro	231	-	
II CBHE	2002	Natal	428	1	0.23%
III CBHE	2004	Curitiba	418	1	0.23%
IV CBHE	2006	Goiânia	457	-	
V CBHE	2008	Aracaju	932	1	0.10%
VI CBHE	2011	Vitória	866	1	
<b>TOTAL CBHE</b>			<b>3.332</b>	<b>4</b>	<b>0.12%</b>
I COPEHE-MG	2001	Belo Horizonte	62	-	-
II COPEHE-MG	2003	Uberlândia	151	-	-
III COPEHE-MG	2005	São João del-Rei	86	1	1.16%
IV COPEHE-MG	2007	Juiz de Fora	172	1	0.58%
V COPEHE-MG	2009	Montes Claros	107	1	0.93%
VI COPEHE-MG	2011	Viçosa	129	1	0.77%
<b>TOTAL COPEHE-MG</b>			<b>707</b>	<b>4</b>	<b>0.56%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>4.039</b>	<b>8</b>	<b>0.19%</b>

**Fontes:** Cadernos de resumos, de programação e CD's-ROM com trabalhos completos do I ao VI CBHE e do I ao VI COPEHE-MG.

A partir dos textos completos publicados pelos congressos brasileiros e mineiros que figuram na **Tabela I**, realizamos um balanço sobre a configuração dos trabalhos de História da Educação sobre as mulheres que tomam como recorte cronológico o período colonial. Ao longo dos 11 anos de existência de dois importantes congressos do campo de História da Educação no Brasil, apenas oito trabalhos

completos que tratam do tema e recorte cronológico de nosso interesse constam dos Anais dos eventos. Somando-se todos os resumos aceitos em todos os eventos aludidos (4.039), os oito trabalhos completos que se referem à educação feminina no período colonial publicados representam 0.19% do total.

Após este levantamento quantitativo, a partir do **Quadro I**, elaborado com base nos oito trabalhos completos selecionados, pode-se observar os nomes das pessoas que pesquisam a educação feminina no período colonial e os títulos de seus estudos. Destacamos que todos os trabalhos completos localizados foram lidos atentamente e que, apesar de alguns deles fazerem menção ao período colonial, selecionamos exclusivamente aqueles que se baseiam em fontes documentais do referido recorte temporal.

**QUADRO I**

<b>PESQUISADORAS E TÍTULOS DE TRABALHOS COMPLETOS QUE TRATAM DA EDUCAÇÃO DAS MULHERES NO PERÍODO COLONIAL EM CONGRESSOS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (2002-2011)</b>				
<b>Congressos</b>	<b>Anos</b>	<b>Locais</b>	<b>Autoras</b>	<b>Títulos dos trabalhos completos</b>
II CBHE	2002	Natal	FLORES, Conceição	<i>Tecendo a história das mulheres no século XVIII: Teresa Margarida da Silva e Orta.</i>
III CBHE	2004	Curitiba	SILVA, Michelle Pereira	<i>Modernidade e educação feminina: as construções históricas de uma educação negada.</i>
V CBHE	2008	Aracaju	OLIVEIRA, Cláudia Fernanda de	<i>Educação feminina e sociabilidades na América Portuguesa: a mulher entre o lar e o mundo do trabalho na Comarca do Rio das Velhas (1750-1800).</i>
VI CBHE	2011	Vitória	SANTOS, Vera Maria dos	<i>Escrita ou leitura? Maria Cardozo de Oliveira – 1765.</i>
III COPEHE-MG	2005	São João del-Rei	OLIVEIRA, Cláudia Fernanda de	<i>Aprender para o trabalho: a educação de meninas pobres na Comarca do Rio das Velhas – 1750/1800.</i>
IV COPEHE-MG	2007	Juiz de Fora	OLIVEIRA, Cláudia Fernanda de	<i>A Educação feminina na Comarca do Rio das Velhas/MG (1750-1800): aprendendo a “cozer, bordar e fazer rendar”.</i>
V COPEHE-MG	2009	Montes Claros	OLIVEIRA, Cláudia Fernanda de	<i>Manuais de civilidade e tratados sobre educação portugueses: luzes sobre a educação feminina em Minas Gerais.</i>
VI COPEHE-MG	2011	Viçosa	VARTULI, Sílvia Maria A. R.	<i>Um novo desenho para a América Portuguesa: instrução feminina e inserção social no século XVIII e início do XIX.</i>
<b>Fontes:</b> CD's-ROM com trabalhos completos do II, III, V e VI CBHE e do III, IV, V e VI COPEHE-MG.				

Primeiramente, chamou-nos a atenção o fato de todas as pesquisas que constam do **Quadro I** terem sido elaboradas por pesquisadoras. Ao constatarmos esta estreita relação entre pesquisa sobre mulheres e pesquisadoras, pusemo-nos a pensar que as questões de gênero vividas pelas estudiosas talvez tenham marcado suas escolhas pelo tema de estudo. Pautamos tais suposições na pergunta elaborada por Eliane Marta Teixeira Lopes: “Por que, afinal, somos historiadores?”. Ao pensar sobre quem faz a História, ou seja, os historiadores e suas preferências por determinados objetos de estudo, Lopes nos remete a uma importante pesquisadora da História das Mulheres:

Michelle Perrot revela que da educação tipicamente feminina, à qual a religião juntou força suplementar (religião, “húmus de todas as educações femininas”), nunca se libertou inteiramente; foi ela que pesou em suas escolhas intelectuais e em suas condutas sociais: *marcou a história que fiz, mesmo que a tenha feito contra ela* (grifos no original).<sup>5</sup>

Em segundo lugar, saltou-nos aos olhos a recorrência do nome de uma das pesquisadoras, Cláudia Fernanda Oliveira, que publicou quatro trabalhos completos dentre os oito que figuram no **Quadro I**, o que representa 50% da produção que lida com o objeto e o período de nosso interesse. Observamos que tal produção se relaciona intimamente com a dissertação de mestrado realizada por Oliveira na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Os trabalhos completos publicados por esta historiadora, em 2005, 2007 e 2008 trazem resultados preliminares da pesquisa que culminou com a defesa de sua dissertação de mestrado<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> LOPES, *O aprendiz de feiticeiro e o mestre historiador: quem faz a História?*, p. 25.

<sup>6</sup> OLIVEIRA, *A Educação Feminina na Comarca do Rio das Velhas (1750/1800): a constituição de um padrão ideal de ser mulher e sua inserção na sociedade colonial mineira*.

Outra questão bastante reveladora é o recorte cronológico escolhido pelas historiadoras da educação feminina no período colonial: todos os trabalhos relacionados no **Quadro I** se referem ao século XVIII, especialmente sua segunda metade. Apenas dois fogem um pouco à regra. Primeiramente o texto de Silva<sup>7</sup>, que trata do século XVII, do XVIII e adentra o século XIX. E publicado em momento posterior, o de Vartuli<sup>8</sup>, que se refere ao século XVIII e se estende aos anos iniciais do século XIX. A discussão que se apresenta diante dos trabalhos que tomam o tema e a referência temporal em tela nos sugere que as escolhas das pesquisadoras se encontram relacionadas à disponibilidade das fontes documentais para a pesquisa em História da Educação no período colonial.

Há que se considerar a escassez de fontes impressas produzidas no período colonial. Destacamos a proibição de tipografias na América Portuguesa até a vinda da Família Real para o Rio de Janeiro, o que marca uma restrição à imprensa como fonte para o período anterior. O primeiro periódico impresso legalmente em nosso território foi *A Gazeta do Rio de Janeiro* (em 1808), uma publicação autorizada pelo Estado. Assim, uma das maneiras encontradas pelas historiadoras para lidar com essa situação tem sido trabalhar com documentos impressos em outras lugares, como no caso de Flores<sup>9</sup>, Silva<sup>10</sup> e Oliveira<sup>11</sup>.

---

<sup>7</sup> SILVA, *Modernidade e educação feminina: as construções históricas de uma educação negada*.

<sup>8</sup> VARTULI, *Um novo desenho para a América Portuguesa: instrução feminina e inserção social no século XVIII e início do XIX*.

<sup>9</sup> FLORES, *Tecendo a história das mulheres no século XVIII: Teresa Margarida da Silva e Orta*.

<sup>10</sup> SILVA, *Modernidade e educação feminina: as construções históricas de uma educação negada*.

<sup>11</sup> OLIVEIRA, *Manuais de civilidade e tratados sobre educação portugueses: luzes sobre a educação feminina em Minas Gerais*.

A primeira pesquisadora indicada se utilizou do romance escrito por Teresa Margarida da Silva e Orta, *Máximas de virtude e formosura*, publicado em Portugal no ano de 1752. Além de outros impressos publicados naquele período histórico, como o livro escrito por Matias Aires (irmão de Teresa Margarida da Silva e Orta): *Reflexões sobre a vaidade dos homens* (1752).

Também com base em impressos publicados na Europa, para estudar a educação das mulheres, Silva fez uso das obras *Traité de L'Education dès Filles*, de Fénelon (cuja primeira edição data de 1687) e *Emílio*, de Rousseau (primeira edição: 1762), partindo para outros pensadores que se dedicaram à educação ao longo do século XIX, como Pestalozzi e Froebel.

O trabalho de Oliveira também se baseia em impressos citados acima, como o *Traité de L'Education dès Filles*, de Fénelon e *Emílio*, de Rousseau. Além destes, *O Verdadeiro Método de Estudar*, de Verney (primeira edição de 1746) e *Cartas sobre a educação da mocidade*, de Ribeiro Sanches (1754). Por fim, a pesquisadora utilizou-se do manual de civilidade de Erasmo, *De Civilitate Morum Puerilium – A Civilidade Pueril* (cuja primeira edição data de 1530).

Tais fontes impressas permitem às historiadoras discussões que possuem certos limites. Especialmente os tratados mencionados, que se atém muito sobre a importância de se educar as mulheres para que se tornassem boas filhas, boas esposas e boas mães, elegendo como tema principal a dimensão moral da educação.

Ainda no que se refere às fontes disponíveis, além da questão da inexistência da imprensa na América Portuguesa até 1808, devemos considerar as especificidades **e-hum**, Belo Horizonte, Vol.5, N.2, pp. 78-96(2012). Editora uniBH  
Disponível em: [www.unibh.br/revistas/ehum](http://www.unibh.br/revistas/ehum)



da documentação manuscrita disponível para a pesquisa sobre o período colonial. Muitos historiadores que se dedicam ao período encontram dificuldades na leitura de documentos, tanto pela caligrafia quanto pela linguagem utilizada à época em que os mesmos foram produzidos. Ademais, poucas mulheres deixaram registros de sua própria autoria. Não podemos afirmar que existam séries documentais específicas sobre a educação das mulheres para o período colonial, mesmo que tenham sido produzidos por homens ou instituições que delas cuidavam. De maneira geral, os indícios sobre sua educação têm sido encontrados pelos historiadores de forma indireta, em documentos que não foram escritos originalmente com a intenção de registrar informações atinentes à educação feminina.

Dentre os documentos mais utilizados no campo da História da Educação ao se tratar da educação feminina no período colonial, estão os de natureza cartorária, especialmente os inventários *post mortem* e/ou testamentos. Tais documentos foram utilizados em cinco trabalhos completos que figuram no **Quadro I**, indicado em páginas anteriores deste artigo, mais especificamente três dos quatro trabalhos de Oliveira<sup>12</sup>, o de Vartuli<sup>13</sup> e o de Santos<sup>14</sup>.

Acerca das especificidades dos inventários, destacamos que, conforme Luiz Carlos Villalta, no período colonial, “em consonância com as *Ordenações Filipinas* (1603), [elaborar inventários] era uma obrigação apenas para os que tinham herdeiros menores de 25 anos”. Apesar de algumas alterações legais terem sido realizadas

---

<sup>12</sup> OLIVEIRA, *Aprender para o trabalho: a educação de meninas pobres na Comarca do Rio das Velhas – 1750/1800; A Educação feminina na Comarca do Rio das Velhas/MG (1750-1800): aprendendo a “cozer, bordar e fazer rendar”; Educação feminina e sociabilidades na América Portuguesa: a mulher entre o lar e o mundo do trabalho na Comarca do Rio das Velhas (1750-1800).*

<sup>13</sup> VARTULI, *Um novo desenho para a América Portuguesa: instrução feminina e inserção social no século XVIII e início do XIX.*

<sup>14</sup> SANTOS, *Escrita ou leitura? Maria Cardozo de Oliveira – 1765.* e-hum, Belo Horizonte, Vol.5, N.2, pp. 78-96(2012). Editora uniBH  
Disponível em: [www.unibh.br/revistas/ehum](http://www.unibh.br/revistas/ehum)

em 1809, os inventários dizem respeito a um universo limitado, dos sujeitos que tinham posses, bens a legar aos seus herdeiros<sup>15</sup>. Tais documentos têm sido utilizados pelos historiadores para identificar as características socioeconômicas das populações estudadas e, ainda, se há assinaturas ou escritos feitos pelos mesmos, a posse de livros etc. No que se refere à caracterização dos leitores, os inventários são fontes bastante limitadas. O aparecimento da posse de livros nesse tipo de fonte não é muito comum, o que não quer dizer que os inventariados não liam. Os livros poderiam ser tomados de empréstimo ou outras formas de escrito eram utilizadas e não inventariadas, como cópias manuscritas de outros textos, que circulavam entre a população leitora colonial. A pesquisa esbarra em outro limite imposto pelos inventários *post mortem*: o fato de não se poder afirmar, através das listas de livros em inventários, que seus proprietários os tenham lido. Os inventários *post mortem* possuem ainda indícios sobre a criação dos filhos dos inventariados. Quando as crianças menores de idade ficavam órfãs e herdavam algum patrimônio, havia a obrigatoriedade de se instituir, legalmente, um tutor que cuidasse de seus bens e de sua educação – conforme a legislação vigente à época, as *Ordenações Filipinas*. Em muitos casos, apesar de legalmente não terem o *Pátrio Poder*, as mães eram indicadas pelos maridos como tutoras dos filhos menores e prestavam contas, em juízo, dos gastos e decisões tomados com a educação dos órfãos em documentação anexada ao fim do inventário, o que compunha as chamadas “prestações de contas de tutelas”. Tais prestações de contas permitem que sejam identificados os modelos de educação pretendidos para os diferentes grupos sociais e sexos e, ainda, as estratégias familiares para apropriação ou manutenção da cultura escrita ao longo das gerações. As assinaturas encontradas em inventários ou testamentos também

---

<sup>15</sup> VILLALTA, *Ler, escrever, bibliotecas e estratificação social*, p. 283.  
**e-hum**, Belo Horizonte, Vol.5, N.2, pp. 78-96(2012). Editora uniBH  
Disponível em: [www.unibh.br/revistas/ehum](http://www.unibh.br/revistas/ehum)

podem ser elevadas ao estatuto de objeto de estudo, uma vez que possuem valor histórico<sup>16</sup>. Com base nestes variados indícios sobre a educação das mulheres, localizados de maneira indireta, foram realizados os estudos publicados por Oliveira, Vertuli e Santos, como dissemos. Dessa forma, tais pesquisadoras trazem à luz mais do que preceitos para a educação moral feminina. Recuperam do esquecimento e do silenciamento valiosos fragmentos que permitem compreender pelo menos parcialmente a inserção das mulheres no mundo do trabalho e no universo da cultura escrita no período colonial. Sobre este aspecto, da inserção feminina no trabalho mostrada através dos inventários, podemos avalia-lo como uma faceta relevante da educação das mulheres para o período colonial. Nos casos de exercício da tutoria, era sempre bem considerado aquele tutor que se preocupasse com o ensino de uma função às jovens. Enquanto meninos eram por vezes direcionados à educação letrada, às meninas cabia o aprendizado dos trabalhos manuais. Oliveira indica que as mulheres, juntamente com os órfãos pobres e os expostos eram os “excluídos do projeto educacional da Coroa Portuguesa”<sup>17</sup>. Isso ajuda a delinear com mais contorno a prática do ensino de ofícios – como a costura, o tecer, o bordado – como predominantes e favoritos para a educação feminina. Estes podiam ser ensinados por familiares ou mestras contratadas para tal função. Assim, a atenção se volta para a existência – pouco destacada nos trabalhos analisados – das mestras, que aparecem em nos testamentos e inventários. Estes são relevantes indícios de uma prática profissional feminina relacionada ao ensino, que ocorria geralmente nos ambientes domésticos, no atendimento à oferta da instrução feminina.

---

<sup>16</sup> A respeito da utilização de inventários e testamentos como fontes seriais para a História da Educação, cf.: MORAIS, *Posse e usos da cultura escrita e difusão da escola: de Portugal ao Ultramar*, Vila e Termo de São João del-Rei, Minas Gerais (1750-1850).

<sup>17</sup> OLIVEIRA, *Aprender para o trabalho: a educação de meninas pobres na Comarca do Rio das Velhas – 1750/1800*.

Destacamos então que o trabalho feminino tem sido considerado pelas historiadoras da Educação como uma prática tomada como sinal de resistência à ideia de submissão histórica feminina. Ao ler os trabalhos do campo, consideramos que é preciso fazer uma distinção entre lacunas, zonas de silenciamento e a total ausência de indícios históricos – o que não é o caso da história da educação feminina na colônia. Esse apontamento nos faz pensar que havia sim formas de sociabilidade a partir das quais eram criadas restrições para mulheres, que limitavam suas experiências e, portanto, provocavam sim uma relação de submissão face ao sexo masculino. Todavia, devemos pensar também em reações e estratégias realizadas pelas mulheres que bem empregavam suas forças na realização de práticas mais autônomas e efetivas, por exemplo no mundo do trabalho, na administração das heranças e educação de seus filhos.

Importante ainda reter que os trabalhos que tomam como base os documentos cartorários aludidos são realizados em arquivos circunscritos, tomando as pesquisas formato de estudos de caráter regional. Todos os cinco trabalhos indicados no **Quadro I** que se utilizam de inventários e/ou testamentos possuem esta característica: os trabalhos de Oliveira e de Vartuli se debruçam sobre a Comarca de Sabará, Capitania de Minas Gerais. O estudo de Santos se atém à Capitania de Sergipe del Rey.

Outras questões que nortearam a escrita de nosso artigo dizem respeito à institucionalização da educação das mulheres no período colonial. Tal institucionalização teve objetivos e ritmos bastante diferentes da educação oferecida ao sexo masculino. No período em que se discutia sobre o funcionamento de uma

rede de ensino mantida e submetida ao poder da coroa e se tentava implantar as aulas régias (a partir de 1759 com a Reforma dos Estudos iniciada por D. José I), a educação escolar para as mulheres não era algo tido como necessário. Assim, tomamos como caso exemplar a legalização do ensino feminino elaborada no reinado de D. Maria I (1777-1792), pouco estudada pelos historiadores da educação brasileiros<sup>18</sup>. Consideramos tal iniciativa como caso exemplar do silenciamento ao qual a educação feminina foi submetido ao longo da história.

Tendo ascendido ao trono com a morte de D. José I em 1777, D. Maria I reinou efetivamente até 1792, quando fora acometida de um estado de insanidade mental e seu filho D. João passou a ser o Regente do Império Lusitano. O período mariano viveu uma significativa ampliação das aulas régias, apesar da qualidade do ensino ter decaído e dos salários dos mestres ter sido diminuído. Apesar disso, deve-se reconhecer uma inovação importante, pois foi D. Maria I quem apoiou e deu existência legal ao ensino feminino no sistema educativo português<sup>19</sup>. Àquela altura, a discussão sobre as aulas régias para meninas partia dos súditos de Lisboa, que escreviam requerimentos nos quais solicitavam a criação de instituições de ensino para o sexo feminino. Um deles dizia que

nenhuã [providência] tem sido até agora dada para o ensino, e educação das meninas, que por certo a não necessitaõ menos, e como nem todos os Pays tem meios para pagarem às Mestras, que há, porque nenhuã hé gratuita, poucas são as que não ficaõ sem ensino algum, do que rezultaõ os damnos, que facil he conjecturar, e que ainda mal, tanto se experimentaõ continuamente [1790]<sup>20</sup>.

<sup>18</sup> O único dos trabalhos completos que consta do **Quadro I** e que faz referência a esta iniciativa é o de OLIVEIRA, *Manuais de civilidade e tratados sobre educação portugueses: luzes sobre a educação feminina em Minas Gerais*.

<sup>19</sup> Mais detalhes sobre as aulas régias no período mariano, cf.: FERNANDES, *Os caminhos do ABC*, p. 78-114. ADÃO, *Estado Absoluto e ensino de primeiras letras*, p. 73-82.

<sup>20</sup> Arquivo Geral das Alfândegas de Lisboa, Livro 174-2.

A resposta a esta súplica asseverava que educar meninas era uma tarefa importante, mas não prioritária, e ainda que a grande demanda das Províncias por escolas para meninos dificultava tal projeto. Não se sabia exatamente qual o rendimento exato dos cofres do subsídio literário (imposto revertido para pagamento dos salários dos mestres) e quais seriam as despesas com as aulas para meninos. Portanto, desconhecia-se a possibilidade financeira de se arcar com esta nova despesa. Depois de refazer os cálculos do imposto, o pedido foi aprovado em 25 de fevereiro de 1790. Afirmava-se ser possível a criação de 18 aulas régias para meninas na Corte. Cada mestra venceria 60 mil réis de ordenado e as seguintes condições deveriam ser respeitadas:

naõ admittir Meninos ao ensino; e ficando sogeitas a esta Meza da mesma sorte, que os mais Professores: com declaração, porem, que para serem qualificadas as mesmas Mestras para o ensino das Meninas, procederão as mais exactas Informações tiradas pelos Parochos, e respectivos Ministros<sup>21</sup>.

A educação escolar feminina do século XVIII deveria encerrar em si algumas especificidades, como um currículo diferenciado. Na folha da aprovação do pedido de abertura de aulas para meninas, à margem esquerda, há a seguinte anotação digna de destaque:

Hey por bem aprovar, que se estabeleçam as Escolas de Meninas, e que pelo Cofre do Subsidio Literario se lhe dêem os ordenados competentes [...]; E por quanto naõ he muito praticável, que huma so Mestra possa ensinar a muitas Meninas que estas devem saber, *de Ler, e escrever, de fiar, de cozer de bordar e de cortar*, a Meza tomara este ponto em consideração, ou para dividir estes ensinos de sorte que humas das Mestras sejam para cozer, e fiar, outras para bordar e cortar, e outras para Ler, e escrever, mas todas com obrigação de ensinarem a *Doutrina Christam*; ou para Regular por outro modo este estabelecimento de maneiras que seja praticável na execução (itálicos nossos)<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> *Idem.*

<sup>22</sup> *Idem.*

Apesar de aprovado, o projeto de criação das aulas régias para meninas foi adiado. A tentativa acima descrita parecia inovadora, mas o modelo de educação escolar proposto para as meninas incluía apenas os rudimentos do ler/escrever e excluía o contar. Era enfatizado o aprendizado de ocupações ou “prendas” manuais, consideradas indispensáveis para a formação das mulheres, uma vez que aquelas que não possuíam uma procedência aristocrática deveriam ser educadas exclusivamente para se dedicar ao lar e à família. Marginalizados desde o começo da estruturação do sistema educacional português, somente entre 1813-1814 alguns espaços públicos de escolarização do sexo feminino foram colocados em funcionamento. Conforme Rogério Fernandes, somente a partir da década de 1820 é que os estabelecimentos para a educação das portuguesas foram ativados de maneira significativa. Ainda de acordo com este historiador, apenas as aristocratas ou burguesas possuíam uma educação mais diversificada, que incluía “etiqueta do salão e da sociedade polida”, línguas estrangeiras, debuxo, pintura e o aprendizado de instrumentos musicais, sobretudo o famigerado piano, “símbolo da execrável ‘educação moderna’”<sup>23</sup>.

Na América Portuguesa, a educação das mulheres ocorria nos poucos conventos<sup>24</sup> que aqui existiam ou, prioritariamente, no ambiente doméstico. Daí a importância de testamentos e inventários para os historiadores da colônia poderem ter acesso pelo menos a fragmentos que nos possam permitir compreender este tipo de educação vivida nos espaços domésticos.

---

<sup>23</sup> FERNANDES, *Estratégias de ironia e de sarcasmo contra a educação feminina em Portugal (séculos XVIII/XIX)*, p. 25.

<sup>24</sup> Sobre esta questão, cf: ALGRANTI, *Honradas e devotas: mulheres na colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822*.

Para concluir, retomando o que discutimos neste artigo, devemos considerar sim que, nos espaços domésticos, os ensinamentos ministrados às mulheres se restringiam às habilidades básicas de leitura e escrita, Doutrina Cristã, prendas domésticas (trabalhos de agulha) e, em alguns casos, música. O ensino das operações básicas da Matemática era negado às mulheres e o da escrita visto com receio e temor. Com isso, podemos dizer do agravamento da escassez de fontes para a história da educação feminina, pois essas iniciativas de cunho privado nos legaram poucos registros. Dessa maneira, a partir das restrições educacionais das mulheres e da limitação, mas não ausência absoluta de fontes sobre suas experiências educativas no período colonial, consideramos que o sexo feminino viveu em uma zona de silêncio. Tal situação, conferida pela negação do acesso das mulheres ao ensino público que se constituída de modo incipiente, naturalizada para o período, deve ser pensada em termos históricos. O fato de uma mulher ter ocupado o trono do Império Lusitano por algum tempo não significou uma mudança significativa nos costumes à época. Mesmo tendo sido admitida a criação legal do ensino público feminino, constatamos a anulação desta iniciativa, o que revela uma forma de silenciamento histórico de qualquer ação do Estado em favor da educação das mulheres no período colonial. No caso das mulheres que lidavam com uma situação de desigualdade naturalizada, é interessante notar a tentativa de equilíbrio da situação acionada no reinado de D. Maria I. Assim, este aspecto ganha importância no processo histórico, na medida em que, mesmo não sendo o projeto “vencedor”, demarca alguma possibilidade de ruptura, ao trazer elementos novos e antes desconsiderados legalmente.



O levantamento dos estudos sobre a história da educação feminina para o período colonial aponta para a existência de poucos trabalhos, mas é importante ressaltar que foram as pequenas incursões e práticas das mulheres que, em conjunto com as transformações mais gerais da sociedade, permitiram a elas novos rumos na história da educação no Brasil e nos âmbitos mais gerais e cotidianos das vivências femininas.

### **Fontes Documentais:**

Arquivo Geral das Alfândegas de Lisboa: Livro 174-2.

### **Referências Bibliográficas:**

ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e Ensino de Primeiras Letras*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres na colônia*. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822. Rio de Janeiro: Edunb; José Olympio, 1999.

CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, I, 2000, *Caderno de Resumos...* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, II, 2002, *Caderno de Resumos...* Natal, 2002.

CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, III, 2004, *Caderno de Resumos...* Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2004.

CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, IV, 2006, *Caderno de Resumos...* Universidade Católica de Goiás, 2006.

CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, V, 2008, *Caderno de Resumos...* Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/Universidade Tiradentes, 2008.

CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, VI, 2011, *Caderno de Programação...* Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, I, 2001, *Caderno de Resumos...* Belo Horizonte, 2001.

CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, II, 2003, *Caderno de Resumos...* Uberlândia, 2003.

CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, III, 2005, *Caderno de Resumos...* São João Del-Rei: Universidade Federal de São João Del-Rei, 2005.

CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, IV, 2007, *Caderno de Resumos...* Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, V, 2009, *Caderno de Resumos...* Montes Claros, Unimontes, 2009.

CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, VI, 2011, *Caderno de Programação...* Viçosa, UFV, 2011.

FERNANDES, Rogério. *Os caminhos do ABC*. Porto: Editora do Porto, 1994.

\_\_\_\_. Estratégias de ironia e de sarcasmo contra a educação feminina em Portugal (séculos XVIII/XIX). *Faces de Eva*, Lisboa, n.9, p. 13-27, 2003.

FLORES, Conceição. *Tecendo a história das mulheres no século XVIII: Teresa Margarida da Silva e Orta*. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, II, 2002, *Anais...* Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2002. CD-ROM.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. O aprendiz de feiticeiro e o mestre historiador: quem faz a História? In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. (orgs.). 2 ed. *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 19-31. Vol. I.

MORAIS, Christianni Cardoso. *Posse e usos da cultura escrita e difusão da escola: de Portugal ao Ultramar, Vila e Termo de São João del-Rei, Minas Gerais (1750-1850)*. Tese (Doutorado). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

OLIVEIRA, Cláudia Fernanda de. *Aprender para o trabalho: a educação de meninas pobres na Comarca do Rio das Velhas – 1750/1800*. In: Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação de Minas Gerais, III, 2005, *Anais...*São João del-Rei: Universidade Federal de São João del-Rei, 2005. CD-ROM

\_\_\_\_. Educação feminina e sociabilidades na América Portuguesa: a mulher entre o lar e o mundo do trabalho na Comarca do Rio das Velhas (1750-1800). Congresso Brasileiro de História da Educação, V, 2008, *Anais...* Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/Universidade Tiradentes, 2008. CD-ROM.

\_\_\_\_. *A Educação Feminina na Comarca do Rio das Velhas (1750/1800): a constituição de um padrão ideal de ser mulher e sua inserção na sociedade colonial mineira*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

\_\_\_\_. *A Educação feminina na Comarca do Rio das Velhas/MG (1750-1800): aprendendo a “cozer, bordar e fazer rendar”*. In: Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação de Minas Gerais, IV, 2007, *Anais...* Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007. CD-ROM

\_\_\_\_. *Manuais de civilidade e tratados sobre educação portugueses: luzes sobre a educação feminina em Minas Gerais*. In: Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação de Minas Gerais, V, 2009, *Anais...* Montes Claros: Universidade Estadual de Minas Gerais, 2009. CD-ROM.

SANTOS, Vera Maria dos. *Escrita ou leitura? Maria Cardozo de Oliveira – 1765*. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, VI, 2011, *Anais...* Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2011. CD-ROM.

SILVA, Michelle Pereira. *Modernidade e educação feminina: as construções históricas de uma educação negada*. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, III, 2004, *Anais...* Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2011. CD-ROM.

VARTULI, Sílvia Maria A. R. *Um novo desenho para a América Portuguesa: instrução feminina e inserção social no século XVIII e início do XIX*. In: Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação de Minas Gerais, VI, 2011, *Anais...* Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2011. CD-ROM

VILLALTA, Luiz Carlos. *Ler, escrever, bibliotecas e estratificação social*. In: RESENDE, Maria Efigênia de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). *História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas 2*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 289-311. Vol. II.